

ENSINO SUPERIOR INCLUSIVO: A ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) COMO ESTRATÉGIA PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Autor(res)

Patricia Pato Dos Santos

Karolina Da Costa

Caio Francisco Stadler Santos

Paulo Roberto França Lucas Da Silva

Jeniffer Malcher Da Costa Lima

Fábio Batista De Souza

Ronald Alves Turíbio

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - EAD

Introdução

No contexto educacional, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes para garantir a educação inclusiva, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo o acesso de pessoas com deficiência visual no ensino a distância (EAD). Sabe-se, ainda, que com a expansão da graduação EAD, há Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) não são acessíveis e adaptados para atender às necessidades de estudantes com deficiências ou outras limitações (DOS SANTOS, C. E. R. et al., 2021). Em se tratando do estudante com deficiência visual, no ensino superior EAD, a acessibilidade dos recursos utilizados pelas plataformas de ensino, faz-se fundamental para o processo ensino-aprendizagem e para a democratização do conhecimento (SANTOS; DE OLIVEIRA FONTENELE, 2019). Assim, este estudo busca responder de que modo as IES organizam o AVA dos cursos de graduação EAD, para inclusão de estudantes com deficiência visual.

Objetivo

Identificar o modo como as Instituições de Ensino Superior organizam os Ambientes Virtuais de Aprendizagem dos cursos de graduação ofertados na modalidade EAD, para inclusão de estudantes com deficiência visual.

Material e Métodos

A metodologia empregada nesta pesquisa pautou-se em levantamento bibliográfico realizado na base de dados do Google Acadêmico. A partir da busca dos termos inclusão, pessoas com deficiência, ensino superior e EAD, foram obtidos aproximadamente 2.480 resultados. Em seguida, o mecanismo de busca foi refinado somente a partir de artigos de revisão ordenados por relevância e publicados em português no período compreendido entre 2017 e 2022, totalizando 47 resultados. Tendo por base a ordem de relevância, os resumos e o número de publicações

nas quais esses trabalhos foram citados, quatro artigos foram selecionados para leitura, sendo desconsiderados os livros, e-books e dissertações de mestrado. Por fim, foram realizados o fichamento do material lido e o compartilhamento, para o desenvolvimento deste estudo.

Resultados e Discussão

As instituições de ensino têm buscado desenvolver ambientes virtuais de aprendizagem mais acessíveis (DOS SANTOS, et al., 2021). No entanto, a pessoa com deficiência visual ainda enfrenta desafios significativos no acesso ao conhecimento no ensino superior. Muitas vezes, não se dá a devida atenção às peculiaridades dessa deficiência, seja cegueira ou baixa visão, o que resulta em dificuldades de aprendizagem para os alunos (SANTOS; DE OLIVEIRA FONTENELE, 2019). As plataformas de EAD devem garantir o desenvolvimento de recursos com foco na acessibilidade, adotando boas práticas de design universal, além de disponibilizar opções de contraste, tamanhos de fonte ajustáveis, navegação simplificada e descrições de imagens, para que os alunos com deficiência visual, compreendam o conteúdo. Isso porque, um AVA acessível não é efetivo para a inclusão das pessoas com deficiência se o material didático disponibilizado nele, não obedecer também aos critérios de acessibilidade.

Conclusão

A inclusão de pessoas com deficiência visual na graduação EAD representa um avanço na garantia dos direitos constitucionais e no acesso equitativo à educação. Assim, é imprescindível que a comunidade acadêmica reconheça a importância desse tema e esteja consciente das demandas e dificuldades envolvidas na inclusão desses alunos. Logo, é fundamental que as IES invistam na capacitação dos professores, em adaptações estruturais adequadas e fornecimento de materiais didáticos acessíveis.

Referências

BRASIL. Lei nº13.146, de 6 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

DOS SANTOS, C. E. R.; DE OLIVEIRA, L.P; HERRERA, V.A.S; DA SILVA, S. Acessibilidade Digital em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: uma Revisão Sistemática. EAD em Foco, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1143> Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTOS, A. J. D.; DE OLIVEIRA FONTENELE, F. K. A EAD como modelo de inclusão educacional: uma revisão de estratégias didáticas para pessoas com deficiência visual entre os anos de 2012 e 2017. In: VI Congresso Nacional de Educação. Anais... Fortaleza: 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID541_20022019102808.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.